



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Receita

ASSUNTO : LEI Nº 6.108/11. RESOLUÇÃO Nº 553/12. PEUGEOT. CONHECIMENTO DE TRANSPORTE (CT-E). DIFERIMENTO. DÉBITO DE ICMS. CONTRATAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO.

CONSULTA EXTERNA Nº 098/16

I – RELATÓRIO

Em sua petição inicial (fls. 03 a 07), devidamente assinada (fls. 10 a 32) e acompanhada do recolhimento de taxa de serviços estaduais (fls. 08 e 09), a consulente, *“entidade sindical representante de empresas de transporte rodoviário de cargas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro”* (fl. 03), efetua alguns questionamentos, a seguir integralmente reproduzidos e respondidos, a respeito da aplicação da Lei nº 6.108/11 e Resolução nº 553/12.

II – ANÁLISE, FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO

A consulente traz os questionamentos a seguir reproduzidos, com o devido registro que trechos da petição inicial foram reorganizados a fim de permitir melhor compreensão e clareza.

“4.1 O contribuinte precisa de esclarecimentos com relação aos questionamentos dos itens 2.2 e 2.3.”

“2.2 A transportadora contratada pela Peugeot poderá emitir o CT-e com diferimento do ICMS, caso possua débito de ICMS?”

Tendo em vista a ausência de clareza e precisão na pergunta, infere-se que a dúvida da consulente surge a partir do recém-editado Decreto nº 45.532/2015, de 29 de dezembro de 2015, que *“Revoga o Decreto n.º 39.478/06, que concede isenção do ICMS à prestação de Serviço de Transporte Intermunicipal de Cargas, e a Resolução SER n.º 297/06, que estabelece procedimentos à isenção do ICMS de que trata o referido Decreto”*.

A existência de débito de ICMS em sua escrita fiscal por força da referida revogação não impede a adoção do diferimento de que trata a Lei nº 6.108/2011 – nos casos e condições previstos na referida lei. Neste sentido, inclusive, esta Coordenação já se manifestou através do canal *'faleconosco'*, disponível no sítio da Secretaria de Fazenda, nos termos do protocolo 20160516.01.1.034, de 16 de maio de 2016.

“2.3 A transportadora contratada pela Peugeot poderá emitir CT-e com diferimento do ICMS antes da publicação da Portaria a que se refere o Parágrafo 3º do artigo 1º da Resolução SEFAZ nº 553/2012?”.

A Resolução SEFAZ nº 553/2012 regulamenta, especialmente, o disposto no § 5.º do art. 1.º e § 1.º do art. 3.º da Lei nº 6.108, de 13 de dezembro de 2011. Segundo o § 5.º do art. 1.º: ***“O regime tributário especial de que trata este artigo, relativamente aos incisos I, alínea “a” e II, alíneas “a”, “c”, “e” e “f”, poderá ser estendido a empresas contratadas pela sociedade mencionada no caput deste artigo com objetivo de construção total ou parcial do complexo industrial, inclusive unidades autônomas, abrangendo, exclusivamente, bens e mercadorias a serem entregues à sociedade referida no caput deste artigo ou integradas à obra, observadas todas as demais normas e condições estabelecidas nesta Lei, podendo a Secretaria de Estado de Fazenda estabelecer procedimento visando operacionalizar a extensão do tratamento tributário especial”*** (GRIFEI).

As transportadoras, portanto, não precisam ser indicadas, *“por meio de comunicação à respectiva repartição fiscal”*, na forma prevista no art. 1º, § 1.º, da Resolução nº 553/2012, a fim de aplicarem, quando cabível, no CT-e o diferimento a que se refere a Lei nº 6.108/2011. Observe-se, entretanto, que às prestações de serviços de transportes com as sociedades contratadas, nas hipóteses contidas no art. 1.º, § 5.º, da Lei nº 6.108/2011 e na Resolução nº 553/2012, somente é aplicável o diferimento (relativamente ao art. 1º, inciso II, alíneas “c” e “f” da lei supracitada) após a publicação de que trata o artigo 1º, § 4.º, daquela Resolução.

“4.2 Está correto o entendimento do contribuinte com relação ao item 2.4¹,

¹ *“2.4 Com relação ao item 1.3 entendemos que trata-se de subcontratação, nesse caso a transportadora subcontratada deverá emitir CT-e de subcontratação, conforme artigo 16 e 17 do Livro IX do Decreto 27427/2000 RICMS-RJ/2000, sem o destaque do ICMS, em virtude da operação se tratar de substituição tributária, prevista no Convênio ICMS 25/1990 que foi ratificado pela Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, conforme Decreto*

onde a transportadora subcontratada deverá emitir o CT-e para acompanhar o transporte, sem o destaque do ICMS, visto que o imposto já foi recolhido por substituição tributária?

Em caso negativo, como a transportadora contratante irá efetuar a anulação do destaque do ICMS, caso a transportadora tomadora do serviço seja optante pelo crédito outorgado, levando em consideração que existe um único fato gerador?”

O entendimento está errado, a transportadora subcontratada destacará e fará o pagamento do imposto relativo à parcela do transporte por ela executado, observado, conforme o caso, o disposto no artigo 82 do Livro IX do RICMS/00, especialmente inciso III.

Em se tratando de transportadora contratante optante pelo tratamento previsto no Convenio ICMS nº 106/96, o destaque do imposto no CT-e relativo à subcontratação não poderá ser utilizado como crédito, tendo em vista o disposto na cláusula primeira, § 1º, do referido Convênio. Observe-se que a concessão do crédito presumido decorre de opção realizada pela própria transportadora.

Esta orientação perderá a validade caso seja editada norma superveniente que disponha de forma contrária à presente resposta dada; sendo oportuna ainda, por parte da consultante, a observância ao artigo 164 do Decreto nº 2.473/79².

CCJT, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2016

15.561/90 portanto, por força de Lei deve ser obedecido na sua integralidade como forma de manter a uniformidade nacional.”.

Por sua vez, o item 1.3, citado pela consultante, contém a seguinte redação: “1.3 Eventualmente as transportadoras contratadas pela Peugeot, subcontratam outra transportadora para executar o serviço de transporte intermunicipal.”.

² “Art. 164 - No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, os efeitos referidos nos artigos 162 e 163 só alcançarão seus associados ou filiados depois de cientificado o consultante da resposta”.